

COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX/AM

Termo de Referência 8/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
8/2026	160014-COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX/AM	LAURA LUANA VIEIRA NUNES	17/06/2026 15:27 (v 0.27)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		64321.00878/2026-42

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação serviço de preparação e traslado de restos mortais (corpo e membros), incluindo todas as despesas indispensáveis à efetivação desse transporte, do local do óbito/amputação para o local designado pela família para o velório/sepultamento/cremação, quando se tratar de óbito de militares da ativa e seus dependentes, militares veteranos, pensionistas, servidores civis e ex-combatentes na abrangência da 12ª Região Militar (Estados AM, AC, RO e RR), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO 01						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CAT MAT /CAT SERV	UND	QTD TOTAL	VALOR MÉDIO UNT	VALOR MÉDIO TOTAL
1	URNA INFANTIL: URNA MORTUÁRIA DE ATÉ 0,50 M DE COMPRIMENTO; ENVERNIZADA; COM QUATRO ALÇAS, DUAS CHAVETAS, COM VISOR; ACABAMENTO INTERNO COM FUNDO FORRADO EM TNT, BABADO DE TECIDO	624597	UN	2	R\$ 608,74	R\$ 1.217,48
2	URNA INFANTIL: URNA MORTUÁRIA DE 0,51 M ATÉ 1,00 M DE COMPRIMENTO; ENVERNIZADA; COM QUATRO ALÇAS, DUAS CHAVETAS, COM VISOR; ACABAMENTO INTERNO COM FUNDO FORRADO EM TNT, BABADO DE TECIDO	483054	UN	2	R\$ 867,79	R\$ 1.735,58
3	URNA INFANTIL: URNA MORTUÁRIA DE 1,01 M ATÉ 1,40 M DE COMPRIMENTO; ENVERNIZADA; COM QUATRO ALÇAS, DUAS CHAVETAS, COM VISOR; ACABAMENTO INTERNO COM FUNDO FORRADO EM TNT, BABADO DE TECIDO	483056	UN	2	R\$ 970,91	R\$ 1.941,82
4	URNA ADULTO: URNA MORTUÁRIA SIMPLES DE 1,41 M ATÉ 1,90M DE COMPRIMENTO; ENVERNIZADA; COM SEIS ALÇAS FIXAS, QUATRO CHAVETAS EM	483063	UN	7	R\$	R\$

	METAL, COM VISOR; ACABAMENTO INTERNO COM FUNDO FORRADO EM TNT, BABADOS DE TECIDO				1.676,22	11.733,54
5	URNA ADULTO OBESA: URNA MORTUÁRIA ESPECIAL SIMPLES, TAMANHO ACIMA DE 1,90M OU CAPACIDADE ATÉ 150 KG; ENVERNIZADA; COM SEIS ALÇAS FIXAS, QUATRO CHAVETAS EM METAL, COM VISOR; ACABAMENTO INTERNO COM FUNDO FORRADO EM TNT, BABADOS DE TECIDO.	624649	UN	2	R\$ 3.087,33	R\$ 6.174,66
6	URNA ADULTO EXTRA OBESA: URNA MORTUÁRIA ESPECIAL SIMPLES, TAMANHO ACIMA DE 1,90M OU CAPACIDADE ATÉ 200 KG; ENVERNIZADA; COM SEIS ALÇAS FIXAS, QUATRO CHAVETAS EM METAL, COM VISOR; ACABAMENTO INTERNO COM FUNDO FORRADO EM TNT, BABADOS DE TECIDO.	624650	UN	2	R\$ 3.531,96	R\$ 7.063,92
7	URNA INFANTIL ZINCADA: URNA MORTUÁRIA ZINCADA DE ATÉ 0,50M; ENVERNIZADA; COM VISOR, COM QUATRO ALÇAS FIXAS, DUAS CHAVETAS EM METAL; ACABAMENTO INTERNO COM FUNDO FORRADO EM TNT, BABADOS DE TECIDO	622569	UN	2	R\$ 1.079,20	R\$ 2.158,40
8	URNA INFANTIL ZINCADA: URNA MORTUÁRIA ZINCADA DE ATÉ 1,00M; ENVERNIZADA; COM VISOR, COM QUATRO ALÇAS FIXAS, DUAS CHAVETAS EM METAL; ACABAMENTO INTERNO COM FUNDO FORRADO EM TNT, BABADOS DE TECIDO	622568	UN	2	R\$ 2.061,77	R\$ 4.123,54
9	URNA INFANTIL ZINCADA: URNA MORTUÁRIA ZINCADA DE ATÉ 1,40M; ENVERNIZADA; COM VISOR, COM QUATRO ALÇAS FIXAS, DUAS CHAVETAS EM METAL; ACABAMENTO INTERNO COM FUNDO FORRADO EM TNT, BABADOS DE TECIDO	622568	UN	2	R\$ 1.365,55	R\$ 2.731,10
10	URNA ADULTO ZINCADA: URNA MORTUÁRIA ADULTO ZINCADA SIMPLES DE 1,41 M ATÉ 1,90M DE COMPRIMENTO E LARGURA PADRÃO, COM VISOR; ENVERNIZADA; COM SEIS ALÇAS FIXAS, QUATRO CHAVETAS; ACABAMENTO INTERNO FORRADO EM TNT, BABADOS DE TECIDO.	622567	UN	6	R\$ 2.524,80	R\$ 15.148,80
11	URNA ADULTO ZINCADA: URNA MORTUÁRIA ADULTO ZINCADA SIMPLES DE 1,91 M ATÉ 2,20 M DE COMPRIMENTO E LARGURA PADRÃO, COM VISOR; ENVERNIZADA; COM SEIS ALÇAS FIXAS, QUATRO CHAVETAS; ACABAMENTO INTERNO FORRADO EM TNT, BABADOS DE TECIDO.	622566	UN	2	R\$ 2.919,11	R\$ 5.838,22
12	URNA ADULTO ZINCADA OBESA: URNA MORTUÁRIA ADULTO ZINCADA SIMPLES ATÉ 140KG, COM VISOR; ENVERNIZADA; COM SEIS ALÇAS FIXAS, QUATRO CHAVETAS; ACABAMENTO INTERNO FORRADO EM TNT, BABADOS DE TECIDO.	622569	UN	2	R\$ 4.602,66	R\$ 9.205,32

13	URNA ADULTO ZINCADA EXTRA OBESA: URNA MORTUÁRIA ADULTO ZINCADA SIMPLES ATÉ 200KG, COM VISOR; ENVERNIZADA; COM SEIS ALÇAS FIXAS, QUATRO CHAVETAS; ACABAMENTO INTERNO FORRADO EM TNT, BABADOS DE TECIDO.	622569	UN	2	R\$ 6.061,77	R\$ 12.123,54
14	CAIXA DE MADEIRA PARA TRANSPORTAR URNA INFANTIL - ATÉ 1,40M	603635	UN	6	R\$ 821,60	R\$ 4.929,60
15	CAIXA DE MADEIRA PARA TRANSPORTAR URNA ADULTO - ATÉ 2,0M	603635	UN	10	R\$ 1.123,11	R\$ 11.231,10
16	CAIXA DE MADEIRA PARA TRANSPORTAR URNA OBESA, E EXTRA OBESA)	603635	UN	2	R\$ 1.266,57	R\$ 2.533,14
17	COROA DE FLORES COMPOSTA POR MIX DE FOLHAGENS E FLORES NATURAIS (CRISÂNTEMO E FLORES DA ÉPOCA) MÉDIA (1,00X1,00)	605166	UN	14	R\$ 623,33	R\$ 8.726,62
18	COROA DE FLORES COMPOSTA POR MIX DE FOLHAGENS E FLORES ARTIFICIAIS MÉDIA (1,00X1,00)	610261	UN	14	R\$ 596,66	R\$ 8.353,24
19	ORNAMENTAÇÃO INTERNA DA URNA COM FLORES	610262	UN	14	R\$ 530,00	R\$ 7.420,00
20	SERVIÇO DE TANATOPRAXIA (INCLUINDO ASSEPSIA E TAMPONAMENTO)	4170	UN	14	R\$ 2.413,33	R\$ 33.786,62
21	SERVIÇO DE CORREÇÃO FACIAL	4170	UN	14	R\$ 1.171,11	R\$ 16.395,54
22	SERVIÇO DE EMBALSAMENTO	4170	UN	14	R\$ 2.493,33	R\$ 34.906,62
23	SERVIÇO DE PARAMENTAÇÃO (URNA CERIMONIA CONFORME CREDO RELIGIOSO)	4170	UN	14	R\$ 650,00	R\$ 9.100,00
24	TRANSLADO TERRESTRE NA ÁREA URBANA ATÉ 50KM DO CENTRO	4170	UN	14	R\$ 655,00	R\$ 9.170,00
25	TRANSLADO TERRESTRE REGIONAL NA ÁREA URBANA ACIMA DE 50 KM - SERÁ COBRADO O KM RODADO X VALOR COTADO POR KM (UN MEDIDA: QUILOMETROS)	4170	UN	5850	R\$ 10,76	R\$ 62.946,00
26	TRANSLADO AÉREO EM LINHAS COMERCIAIS: PESO DO ESQUIFE X VALOR COTADO POR KG ATÉ 200KG	4170	UN	845	R\$ 115,00	R\$ 97.175,00
27	TRANSLADO AÉREO EM LINHAS PARTICULARES TÁXI-AÉREO = QUILOMETRO PERCORRIDO EM LINHA RETA ATÉ 4.320KM X VALOR COTADO POR KM (UN MEDIDA: QUILOMETROS)	4170	UN	8640	R\$ 76,40	R\$ 660.096,00
28	TRANSLADO FLUVIAL DE ESQUIFE COM DISTÂNCIA ATÉ 700KM X VALOR COTADO POR KM PERCORRIDO (UN MEDIDA: QUILOMETROS)	4170	UN	700	R\$ 31,16	R\$ 21.812,00
29	VIGILIA NA ORIGEM (ANTES DO EMBARQUE DO ESQUIFE)	4170	UN	7	R\$ 2.793,33	R\$ 19.553,31
30	VIGILIA NO DESTINO (ANTES DO SEPULTAMENTO)	4170	UN	14	R\$ 2.860,00	R\$ 40.040,00
31	DESPACHO DOCUMENTAL (JUNTO AOS ÓRGÃOS PÚBLICOS)	4170	UN	14	R\$ 933,33	R\$ 13.066,62
32	DESPACHO DOCUMENTAL (JUNTO A FUNERÁRIA DE ORIGEM E/OU DESTINO)	4170	UN	14	R\$ 1.253,33	R\$ 17.546,62
33	TRASLADO DE MEMBRO VIA RODOVIÁRIO POR QUILOMETRO (UN MEDIDA: QUILOMETROS)	4170	UN	2000	R\$ 24,93	R\$ 49.860,00

34	TRASLADO DE MEMBRO VIA AÉREO: PESO DO MEMBRO X VALOR COTADO POR KG	4170	UN	115	R\$ 98,33	R\$ 11.307,95
35	TRASLADO DE MEMBRO VIA TAXI AÉREO: QUILOMETRO PERCORRIDO EM LINHA RETA ATÉ 4.320KM X VALOR COTADO POR KM (UN MEDIDA: QUILOMETROS)	4170	UN	2000	R\$ 63,07	R\$ 126.140,00
36	SERVIÇO DE HIGIENIZAÇÃO E FORMOLIZAÇÃO DE MEMBRO	4170	UN	4	R\$ 1.750,00	R\$ 7.000,00
37	SERVIÇOS FUNERÁRIOS E DESEMBARAÇO DA DOCUMENTAÇÃO PARA TRANSPORTE TERRESTRE DE MEMBRO.	4170	UN	4	R\$ 4.100,00	R\$ 16.400,00
38	SERVIÇOS FUNERÁRIOS E DESEMBARAÇO DA DOCUMENTAÇÃO PARA TRANSPORTE AÉREO DE MEMBRO.	4170	UN	4	R\$ 4.166,67	R\$ 16.666,68
39	URNA INFANTIL: URNA MORTUÁRIA DE ATÉ 1,40 M DE COMPRIMENTO; ENVERNIZADA; COM QUATRO ALÇAS, DUAS CHAVETAS, COM VISOR; ACABAMENTO INTERNO COM FUNDO FORRADO EM TNT, BABADO DE TECIDO	483056	UN	1	R\$ 974,24	R\$ 974,24
SUB TOTAL						R\$ 1.388.332,82

Critérios para a Escolha do Modal de Traslado Aéreo

A definição do modal aéreo a ser empregado no traslado de restos mortais ou membros amputados será pautada pelos princípios da economicidade, eficiência e celeridade, observando-se as seguintes diretrizes operacionais:

1. Traslado via Aéreo por Quilo (Voo Comercial Regular):

Aplicação: Constitui a regra geral para o transporte aéreo em longas distâncias no território nacional. Justificativa: Deverá ser utilizado sempre que houver disponibilidade de rotas operadas por companhias aéreas comerciais regulares que interliguem a localidade de origem ao destino designado pela família ou representante legal. Esta modalidade garante a maior viabilidade econômica para a Administração Pública, aproveitando a malha aérea existente e a precificação padronizada por franquia de peso (quilo).

2. Traslado via Táxi Aéreo por Quilômetro (Fretamento Excepcional):

Aplicação: Constitui medida de excepcionalidade, acionada estritamente quando o transporte rodoviário for inviável e o voo comercial regular não puder atender à demanda.

Justificativa: Sua utilização justifica-se em casos de ausência de rotas comerciais diretas ou conexões viáveis para a localidade de destino, incompatibilidade de horários que acarretem atrasos que firam a dignidade do atendimento, ou diante de restrições sanitárias e operacionais das companhias aéreas regulares.

Amparo Legal e Autorização: Em estrito cumprimento às Instruções Reguladoras (EB30-IR-50.020), a autorização para a utilização de serviço de táxi aéreo poderá ser concedida pelo Comandante da Região Militar (Cmt RM), caso a situação exigir, quando solicitada pela autoridade militar da guarnição onde se encontra o corpo.

Dessa forma, a contratada deverá estar apta a intermediar e executar ambas as modalidades, cabendo à Seção de Assistência Social da 12ª Região Militar, em conjunto com as autoridades competentes, deliberar qual a opção mais vantajosa e adequada para cada caso concreto no momento do acionamento.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que se destina à manutenção permanente da atividade assistencial de

translados de corpos e membros, porém com execução de caráter eventual e imprevisível sob demanda, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a redução de custos operacionais e administrativos, conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar. A contratada será responsável pela organização e execução de todo o processo de traslado, incluindo acondicionamento adequado, documentação necessária, contratação de transporte e demais providências logísticas necessárias.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados do(a) publicação no PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. O quantitativo máximo passível de contratação durante a vigência da Ata de Registro de Preços corresponde ao quantitativo total estimado para cada item constante do Estudo Técnico Preliminar, do Mapa de Gerenciamento de Riscos e do Termo de Referência, definidos com base no levantamento das necessidades dos órgãos participantes para o período de 12 (doze) meses.

1.7. Assim, o quantitativo registrado em Ata representa o limite máximo de contratação, não havendo previsão de contratações em quantitativos superiores aos estimados e registrados.

1.8. Adicionalmente, esclarece-se que não foi estabelecida quantidade mínima de unidades de bens a ser cotada pelos licitantes, razão pela qual não se aplica a exigência de justificativa prevista no art. 15, inciso II, do Decreto nº 11.462, de 2023.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I. ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000093/2026;
- II. Data de publicação no PNCP: 05/05/2025;
- III. Id do item no PCA: 779;
- IV. Classe/Grupo: 4170 - Serviço Funerário e Cemitério;
- V. Identificador da Futura Contratação: 160014-48/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade Ambiental

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, a Contratada deverá adotar práticas de logística sustentável, com base no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU e no Estudo Técnico Preliminar (ETP), atendendo rigorosamente aos seguintes requisitos:

4.1.1. Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes: Cumprir o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), garantindo a destinação final ambientalmente adequada de resíduos biológicos

(infectocontagiosos do Grupo A) e resíduos químicos (Grupo B), em estrita observância à Resolução RDC ANVISA nº 222/2018 e às resoluções pertinentes do CONAMA;

4.1.2. formol utilizado na tanatopraxia e embalsamamento) e fluidos biológicos na rede de esgoto comum sem o devido tratamento prévio;

4.1.3. Licenciamento das Instalações: Comprovar, quando exigido, que as instalações laboratoriais utilizadas na execução dos serviços de conservação possuem Licença Ambiental de Operação e Alvará Sanitário válidos e regulares;

4.1.4. Observar os demais critérios de sustentabilidade ambiental previstos na legislação nacional, estadual e municipal, tais como na Lei nº 12.187/2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima) e na Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Considerando a variedade e a natureza dos itens a serem contratados, bem como a necessidade de garantir a competitividade e evitar a restrição indevida de mercado, a Administração optou por não indicar marcas ou modelos específicos. As especificações técnicas do objeto foram definidas de forma genérica, permitindo a participação de diversos fornecedores e marcas, desde que atendam aos requisitos de qualidade e desempenho.

4.2.1. A Administração não vedará a utilização de marcas ou produtos específicos na execução dos serviços (como urnas, fluidos e paramentos), desde que estes atendam às especificações técnicas exigidas e sejam de qualidade compatível com a finalidade da contratação. O objetivo é assegurar a liberdade de escolha do contratado, desde que garantida a qualidade e a segurança sanitária do serviço.

Subcontratação

4.6. Nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, será admitida a subcontratação de parcelas da execução do objeto, podendo alcançar até 90% (noventa por cento) do valor correspondente às atividades operacionais executivas necessárias à prestação dos serviços, desde que permaneçam sob responsabilidade exclusiva da Contratada a gestão, coordenação, supervisão, controle de qualidade e responsabilização integral pela execução contratual.

4.6.1 Atendimento funerário 24 horas;

4.6.2 Transporte do corpo para preparação;

4.6.3 Higienização e preparação do corpo;

4.6.4 Tanatopraxia;

4.6.5 Embalsamamento;

4.6.6 Fornecimento de urna funerária adulta;

4.6.7 Fornecimento de urna funerária infantil;

4.6.8 Fornecimento de urna funerária especial;

4.6.9 Fornecimento de acessórios para urna funerária;

4.6.10 Organização e montagem do velório;

4.6.11 Locação de capela ou sala de velório;

4.6.12 Fornecimento de livro de presença;

4.6.13 Fornecimento de suportes para coroas de flores;

4.6.14 Limpeza e manutenção do local do velório;

- 4.6.15 Transporte do féretro ao local do sepultamento;
- 4.6.16 Equipe de apoio ao sepultamento;
- 4.6.17 Traslado municipal de corpo;
- 4.6.18 Traslado intermunicipal de corpo;
- 4.6.19 Traslado interestadual terrestre de corpo;
- 4.6.20 Traslado interestadual aéreo de corpo;
- 4.6.21 Exumação de restos mortais, quando autorizada;
- 4.6.22 Traslado de restos mortais;
- 4.6.23 Registro de óbito e obtenção da documentação pertinente;
- 4.6.24 Emissão de autorizações e guias de traslado;
- 4.6.25 Providências documentais junto a órgãos competentes;
- 4.6.26 Fornecimento de materiais para acondicionamento de corpos;
- 4.6.27 Fornecimento de materiais para acondicionamento de restos mortais;
- 4.6.28 Fornecimento de coroas de flores e faixas de homenagem;
- 4.6.29 Orientação aos familiares quanto aos procedimentos legais e administrativos.
- 4.6.30. A presente contratação possui características peculiares decorrentes da necessidade de prestação de serviços funerários e de traslado de restos mortais em todo o território nacional, abrangendo localidades urbanas, rurais, fronteiriças e regiões remotas, inclusive áreas de difícil acesso.
- 4.6.31 O Estudo Técnico Preliminar demonstrou que a execução dos serviços depende da atuação integrada de funerárias locais, clínicas especializadas em conservação e preparação de corpos, transportadores terrestres, operadores logísticos, companhias aéreas e demais prestadores especializados, constituindo característica inerente ao mercado de serviços funerários de abrangência nacional.
- 4.6.32 Verificou-se que nenhuma empresa do setor possui, de forma economicamente viável, estrutura operacional própria instalada em todos os municípios potencialmente abrangidos pela contratação, circunstância que torna necessária a utilização de rede credenciada ou parceira para a execução material dos serviços.
- 4.6.33 A autorização para subcontratação fundamenta-se nos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e continuidade do serviço previstos nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021, permitindo que a futura contratada utilize estrutura operacional local já estabelecida, reduzindo custos de mobilização e ampliando a capacidade de atendimento em âmbito nacional.
- 4.6.34 O percentual admitido decorre das características operacionais da solução e não representa autorização para transferência integral das obrigações contratuais, cessão do contrato ou mera intermediação comercial, permanecendo a Contratada como única responsável perante a Administração pela execução integral do objeto.
- 4.6.35 A solução adotada encontra respaldo na prática consolidada do mercado funerário nacional e em contratações públicas de objeto semelhante, nas quais a utilização de rede credenciada constitui elemento essencial para garantir capilaridade operacional e atendimento tempestivo das demandas.
- 4.6.36 A presente previsão observa o entendimento do Tribunal de Contas da União no sentido de que a subcontratação pode ser admitida quando tecnicamente justificada e expressamente prevista no instrumento convocatório, desde que não resulte na transferência integral da responsabilidade contratual nem comprometa a fiscalização e o controle pela Administração.

4.7. É vedada a subcontratação das atividades consideradas essenciais à gestão e ao controle da execução contratual, permanecendo sob responsabilidade exclusiva da Contratada:

4.7.1. A gestão administrativa, operacional e financeira do contrato.

4.7.2. A representação contratual perante a Administração Militar e demais órgãos públicos envolvidos na execução do objeto.

4.7.3. O faturamento, emissão de documentos fiscais e recebimento dos pagamentos decorrentes da execução contratual.

4.7.4. O recebimento das demandas encaminhadas pela Administração e o acionamento da rede executora.

4.7.5. A coordenação logística centralizada de todos os atendimentos.

4.7.6. O acompanhamento da execução dos serviços e o controle de qualidade das atividades realizadas pelas empresas parceiras.

4.7.7. A responsabilidade técnica pela conformidade dos materiais empregados e dos serviços executados.

4.7.8. A responsabilização perante a Administração por eventuais falhas, atrasos, danos ou descumprimentos contratuais.

4.8. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas operacionais da execução do objeto:

4.8.1. Os serviços de remoção, preparação, conservação, tanatopraxia, embalsamamento, formolização e recomposição facial de restos mortais ou membros amputados.

4.8.2. O fornecimento local de urnas funerárias, revestimentos metálicos, invólucros, paramentos e demais materiais necessários à execução dos serviços.

4.8.3. A execução dos serviços funerários nas localidades de origem, trânsito ou destino.

4.8.4. O transporte terrestre realizado por veículos funerários apropriados.

4.8.5. A contratação e operacionalização dos modais aéreo, terrestre ou fluvial necessários à efetivação dos translados.

4.8.6. A obtenção de documentos, certidões, autorizações e demais providências administrativas exigidas pelas autoridades competentes para realização do traslado.

4.9. A subcontratação dependerá de prévia comunicação à Administração, contendo a identificação da empresa executora e a indicação dos serviços a serem executados.

4.9.1. A subcontratação não estabelece qualquer vínculo jurídico entre a Administração e a empresa subcontratada.

4.9.2. A Contratada responderá integralmente pelos atos praticados por seus subcontratados, inclusive quanto à qualidade dos serviços prestados, cumprimento dos prazos e observância das normas legais, sanitárias e regulamentares aplicáveis.

4.9.3. Eventuais falhas, atrasos, danos ou irregularidades cometidos por empresas subcontratadas serão imputados exclusivamente à Contratada, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

4.9.4. A Administração poderá exigir a substituição de empresa subcontratada que apresente desempenho insatisfatório, descumpra exigências legais ou comprometa a adequada execução contratual.

4.9.5. Em qualquer hipótese, permanecerá com a Contratada a responsabilidade integral pela perfeita execução do objeto, pela coordenação da rede executora, pelo cumprimento das obrigações assumidas perante a Administração e pela observância do disposto no art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

Garantia da contratação

4.14. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.32. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Responsabilidade sobre a Cadeia de Fornecedores e Normas Trabalhistas

4.40. A Contratada deverá responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus fornecedores e subcontratados, das normas de integridade, meio ambiente e respeito aos direitos humanos.

4.41. A Contratada obriga-se a cumprir todas as normas trabalhistas e de segurança do trabalho aplicáveis à sua equipe técnica e rede parceira, responsabilizando-se por eventuais autuações decorrentes do descumprimento de referidas normas.

4.42. É vedada a utilização de trabalho análogo ao escravo ou trabalho infantil, devendo a Contratada exigir igual compromisso de toda a sua cadeia de fornecedores e subcontratados. (tópico incluído)

Vedação de participação de Cooperativas ou Consórcios

4.43. Em conformidade com o disposto no subitem 3.10.11 da minuta do Edital, justifica-se a vedação à participação de empresas reunidas em consórcio no Pregão Eletrônico SRP destinado à contratação de empresa especializada para prestação de serviços funerários e traslado de restos mortais, com fundamento no art. 15 da Lei nº 14.133/2021 e na jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União.

4.44. O objeto da contratação consiste na prestação de serviços funerários e de traslado de restos mortais em território nacional, compreendendo atividades como remoção, preparação e conservação do corpo, fornecimento de urnas funerárias, documentação pertinente, transporte terrestre, aéreo ou fluvial e demais procedimentos correlatos necessários à execução da solução.

4.45. Embora a execução dos serviços possa demandar atuação em diferentes localidades do país, o levantamento de mercado realizado durante a fase de planejamento demonstrou a existência de diversas empresas especializadas que atuam nacionalmente por meio de redes credenciadas, filiais, representações ou parcerias operacionais, possuindo capacidade técnica, operacional e econômico-financeira suficiente para executar integralmente o objeto sem necessidade de constituição de consórcio.

4.46. Verificou-se, ainda, que os requisitos de habilitação definidos para a contratação são compatíveis com a realidade do mercado e não exigem capacidade econômico-financeira ou operacional extraordinária que justifique a união formal de empresas para viabilizar a participação no certame.

4.47. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União estabelece que a participação de empresas em consórcio deve ser analisada conforme as características do objeto licitado, sendo recomendada, em regra, para contratações de elevada complexidade técnica, grande vulto econômico ou quando necessária a conjugação de capacidades técnicas e financeiras que não possam ser atendidas individualmente pelos licitantes.

4.48. No presente caso, não se identificou a necessidade de associação formal entre empresas para a execução contratual, uma vez que o próprio mercado opera mediante redes de atendimento e prestação descentralizada dos serviços, mecanismo que poderá ser utilizado pela futura contratada, observadas as regras de subcontratação previstas no edital e no contrato, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

4.49. A admissão de consórcios, nas circunstâncias da presente contratação, não ampliaria a competitividade do certame, podendo, ao contrário, reduzir o número de propostas independentes apresentadas à Administração, mediante a associação de empresas que possuem capacidade individual para execução do objeto.

4.50. Tal situação poderia restringir a concorrência efetiva e reduzir as possibilidades de obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, em afronta aos princípios da competitividade, economicidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa previstos nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021.

4.51. Além disso, a vedação à participação de consórcios favorece a simplificação da gestão contratual, da fiscalização da execução dos serviços e da apuração de responsabilidades em caso de falhas, atrasos ou descumprimento das obrigações assumidas.

4.52. Considerando a natureza sensível dos serviços funerários e de traslado de restos mortais, mostra-se desejável que a Administração possua interlocução direta com uma única contratada responsável pela coordenação integral dos atendimentos, pela gestão da rede executora e pelo cumprimento das obrigações contratuais.

4.53. Ressalta-se que a vedação à participação de empresas em consórcio não configura restrição indevida à competitividade, por estar devidamente fundamentada nas características do objeto, nas condições verificadas no mercado fornecedor e na existência de número suficiente de empresas aptas a executar o objeto individualmente.

4.54. Ademais, a possibilidade de utilização de rede credenciada e de subcontratação de parcelas operacionais da execução contratual, quando autorizada pela Administração e observadas as condições estabelecidas no edital, permite que a futura contratada alcance capilaridade nacional sem necessidade de constituição de consórcio, preservando a eficiência da execução e a responsabilidade contratual centralizada.

4.55. Dessa forma, considerando a existência de ampla oferta de fornecedores especializados, a inexistência de complexidade técnica ou econômico-financeira que exija associação empresarial formal, bem como a necessidade de simplificação da gestão e da fiscalização contratual, conclui-se que a vedação à participação de empresas reunidas em consórcio atende de forma mais adequada ao interesse público.

4.56. Por todo o exposto, com fundamento no art. 15 da Lei nº 14.133/2021 e na jurisprudência do Tribunal de Contas da União, mantém-se a vedação à participação de empresas constituídas sob a forma de consórcio, por se tratar da medida que melhor preserva os princípios da competitividade, economicidade, eficiência, segurança jurídica, responsabilidade contratual e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. Regras Gerais de Execução

5.1.1. Os serviços serão executados conforme discriminado nos subitens a seguir.

5.1.2. Os serviços licitados abrangem o transporte desde o endereço de origem (local da apanha) até o endereço de destino (local de entrega), inclusive o desembarço aeroportuário nos aeroportos de origem e destino, se for o caso.

5.1.3. A contratada deverá proporcionar as seguintes facilidades operacionais e técnicas, entre outras:

- a) Contatar o órgão competente para a liberação do corpo/membro amputado;
- b) Verificar a causa mortis e avaliar o estado do corpo/membro amputado;
- c) Confirmar peso e altura do falecido/membro amputado;
- d) Encaminhar o corpo/membro amputado para preparação;
- e) Higienizar e tamponar o corpo/membro amputado, de acordo com cada necessidade;
- f) Aplicar material conservante (por formolização ou embalsamamento) e vestir o corpo;
- g) Expedir ata de formolização ou embalsamamento;
- h) Emitir notas e ordens de serviço;
- i) Confirmar o destino final do corpo/membro amputado;
- j) Definir, em conjunto com a contratante, o meio de transporte mais adequado (rodoviário ou aéreo); e
- l) Demais serviços necessários de acordo com a avaliação técnica e aprovação do representante da 12ª Região Militar.

5.2. Dinâmica de Acionamento e Prazos

5.2.1. A Contratada deverá dispor de um sistema de atendimento telefônico ininterrupto, funcionando 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

5.2.2. O serviço será prestado a partir do acionamento telefônico formalizado pela Seção de Assistência Social do Comando da 12ª Região Militar à Contratada. Observada a data e o local da apanha constantes na solicitação, a empresa estará autorizada a dar início ao serviço de translado.

5.2.3. A contratada será acionada exclusivamente pela Seção de Assistência Social da 12ª Região Militar e, ato contínuo, entrará em contato com a família do "de cujus" através do telefone indicado para coordenar os trâmites.

5.2.4. A execução dos serviços será iniciada em, no máximo, 1 (uma) hora após o acionamento da Contratada. A conclusão do atendimento dependerá das ações preliminares, da liberação de toda a documentação necessária à execução do serviço (a ser providenciada e custeada pela Contratada) e do efetivo translado do corpo/membro amputado do local de origem até o destino final.

5.3. Local e Horário da Prestação dos Serviços

5.3.1. O local de origem e o de destino do "de cujus" ou membro amputado serão informados pela Seção de Assistência Social, obtidos em contato com a família por ocasião do acionamento do serviço.

5.4. Informações Relevantes para o Dimensionamento da Proposta

5.4.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características operacionais:

5.4.2. Nas propostas das licitantes, tanto para a preparação quanto para o translado, deverão estar contabilizados no preço final registrado os custos de:

- a) Higienização do corpo ou membro amputado;
- b) Translado terrestre dentro do perímetro urbano na origem e no destino (hospital / residência / IML / capela / cemitério / crematório); e

c) Todas as despesas que decorram da mão de obra, incidindo direta ou indiretamente sobre o custo, além dos materiais (urnas, paramentos, etc.) necessários à execução integral dos serviços.

5.5. Avaliação de Desempenho e Qualidade (IMR)

5.5.1. A fiscalização da execução contratual utilizará critérios objetivos para aferir a qualidade da prestação dos serviços, fundamentando-se no Instrumento de Medição de Resultados (IMR), constante no Anexo III deste Termo de Referência.

5.5.2. A aferição por meio do IMR ocorrerá em cada acionamento, avaliando indicadores como o tempo de resposta (prontidão estipulada no item 5.2.4), a qualidade dos materiais fornecidos e a eficácia dos procedimentos de conservação. Os resultados impactarão diretamente no pagamento da fatura, podendo gerar glosas proporcionais em caso de descumprimento das metas.

Especificação da Garantia do Serviço

5.14. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Transição e Finalização do Contrato

5.18. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características pontuais e emergenciais de cada acionamento do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de validade do contrato.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.31. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.32. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.68. Cabe ao gestor do contrato:

6.68.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.68.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.68.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.68.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.68.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.68.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.68.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.68.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.68.8.1 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.68.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme o disposto nesta seção.

7.1.1. O IMR tem por objetivo aferir a qualidade, a tempestividade e a conformidade dos serviços de preparação e traslado de restos mortais e membros amputados, vinculando o pagamento à entrega efetiva e adequada dos serviços contratados.

7.1.2. A avaliação de desempenho da Contratada será realizada a cada acionamento (por evento fúnebre), e a consolidação dos resultados ocorrerá no momento do ateste da respectiva nota fiscal.

7.1.3. A nota de avaliação do serviço será apurada pelo Fiscal do Contrato com base no cumprimento dos indicadores de desempenho estabelecidos para esta contratação.

7.1.4. O Primeiro Indicador avaliará o Tempo de Resposta Inicial, verificando o estrito cumprimento do prazo máximo de 1 (uma) hora para o início do atendimento logístico após o acionamento formal via telefone pela Seção de Assistência Social da 12ª Região Militar.

7.1.5. O Segundo Indicador avaliará a Qualidade do Serviço e dos Materiais, verificando a conformidade das urnas, dos paramentos, do invólucro e da técnica de conservação empregada (ausência de vazamentos de fluidos ou odores), comprovada mediante o contato da fiscalização com os familiares do falecido após o atendimento.

7.1.6. O Terceiro Indicador avaliará a Eficiência no Desembarço e na Logística, verificando a capacidade da empresa em obter a certidão de óbito, as guias de trânsito e as liberações em aeroportos e hospitais de forma célere, sem gerar atrasos injustificados que impactem o embarque ou o sepultamento.

7.1.7. O descumprimento das metas estabelecidas nestes indicadores resultará na adequação do pagamento, mediante a aplicação de glosas (descontos) proporcionais à gravidade da falha, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

7.1.8. O serviço classificado como de "Execução Plena" (cumprimento total dos indicadores e ausência de reclamações fundamentadas da família) ensejará o pagamento de 100% (cem por cento) do valor faturado para o respectivo acionamento.

7.1.9. O serviço com "Falha Leve" (atrasos operacionais no tempo de resposta inicial que não resultem em perda de voo comercial ou não afetem o cronograma do sepultamento) ensejará o desconto de 5% (cinco por cento) sobre o valor total faturado no evento específico.

7.1.10. O serviço com "Falha Grave" (atrasos que resultem em perda do embarque, fornecimento de urna fora dos padrões exigidos, falha na técnica de conservação ou desrespeito comprovado aos familiares) ensejará o desconto de 20% (vinte por cento) do valor faturado no evento, além da imediata notificação para abertura de processo sancionatório.

7.1.11. A Contratada será previamente notificada sobre a apuração de qualquer inconformidade no IMR, sendo garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa antes da efetivação da glosa no pagamento da nota fiscal.

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.3.1. não produziu os resultados acordados,

7.3.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.4. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.5. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.5.1. A apresentação e a conformidade de toda a documentação comprobatória exigida para a liquidação da despesa, englobando a Nota Fiscal devidamente emitida, a Certidão de Óbito, as guias de livre trânsito, as atas técnicas de preparação (formolização ou embalsamamento) e, nos casos de traslado aéreo, os respectivos comprovantes de embarque e despacho de carga;

7.5.2. A comprovação da efetiva prestação do serviço dentro dos rígidos padrões de qualidade e dignidade exigidos, validada de forma definitiva por meio do contato da equipe de fiscalização da Seção de Assistência Social com os familiares do falecido, atestando a adequação da urna, dos paramentos e do atendimento prestado; e

7.5.3. A apuração dos resultados obtidos no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) referente ao acionamento específico, verificando o cumprimento do tempo de resposta inicial e da eficiência logística, para fins de liberação do valor integral faturado ou aplicação das glosas (descontos) proporcionais previstas neste Termo de Referência.

Recebimento

7.6. Os serviços serão recebidos, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante carimbo e assinatura da Nota Fiscal pelo Fiscal de Contrato e Ordenador de Despesas, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6.2. Não se tratando de obra ou serviço de engenharia, para fins de recebimento provisório **será considerado a conclusão dos serviços funerários solicitados, mediante conferência preliminar da execução contratual pelo fiscal do contrato.**

7.7. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.12. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.12.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.13. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.14. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.17. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.18. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.19. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 20 (vinte) dias, contados da conclusão do atendimento e da entrega da respectiva Nota de Serviço, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente da 12ª Região Militar obedecendo aos seguintes procedimentos:

7.19.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.19.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.19.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.19.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.19.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021. 7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.26.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.26.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice [IPCA] de correção monetária.

Forma de pagamento

7.33. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.85. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.86. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.87. No caso de atraso ou não divulgação do IPCA, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.88. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.89. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.90. O reajuste em sentido estrito será formalizado por meio de apostilamento.

Cessão de Crédito

7.91. É admitida a cessão do crédito decorrente desta contratação, desde que haja prévia e expressa aprovação da Administração Contratante, condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.92. A celebração do aditamento e o pagamento ao cessionário exigem a comprovação de que este mantém a regularidade fiscal e trabalhista, e que não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público.

7.93. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral e exclusiva responsabilidade da Contratada (cedente). Todas as cláusulas exorbitantes, retenções, glosas e multas decorrentes de inexecução poderão ser abatidas do crédito cedido, sendo o cessionário sub-rogado estritamente no saldo remanescente.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas na alínea “d” (atraso injustificado na execução do contrato), de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

8.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” (fraude, atos ilícitos, etc.), de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor total atualizado da contratação.

8.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor total atualizado da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita na alínea “b” (causar o atraso na execução do contrato que resulte em prejuízo severo), de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor total atualizado da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor total atualizado da contratação, caso o atraso inviabilize o aproveitamento do serviço pela Administração.

8.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a” (inexecução parcial do contrato), de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor total atualizado da contratação, ressalvadas as seguintes infrações operacionais específicas também enquadráveis nessa alínea, que terão penalidades calculadas sobre o valor faturado do evento:

8.2.4.6.1. Atraso injustificado no Tempo de Resposta Inicial (superior a 1 hora após o acionamento formal da Seção de Assistência Social): multa compensatória de 1% (um por cento) sobre o valor total do acionamento específico;

8.2.4.6.2. Fornecimento de urna, invólucro ou paramentos em desconformidade com as especificações exigidas neste Termo de Referência, desde que não impeça a realização do traslado: multa compensatória de 3% (três por cento) sobre o valor unitário do item fornecido inadequadamente;

8.2.4.6.3. Falha na técnica de conservação (tanatopraxia, embalsamamento ou formolização) de restos mortais ou membros amputados que resulte em transtornos durante o traslado ou o velório: multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do acionamento específico.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECED

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO

Regime de Execução

9.3. O regime de execução do objeto será de [empregada por preço unitário].

Crítérios de aceitabilidade de preços

9.7. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.7.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.8. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.9. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.10. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.11. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.12. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.13. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.14. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.15. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.16. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.17. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.18. *Licença, alvará ou autorização sanitária vigente, expedida pela Vigilância Sanitária competente, autorizando o exercício da atividade de serviços funerários, nos termos do RDC nº 33/2011 da ANVISA e legislações municipais correlatas.*

9.19. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.20. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.21. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.22. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.23. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.24. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.25. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.26. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.27. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.28. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.29. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.30. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.27. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação para o período de doze meses – aplicável para o contrato de serviço continuado]

9.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.33. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.33. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.33.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.34. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.34.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados e certidões deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

a) Certidão de Responsabilidade Técnica, expedida pelo Conselho Regional de Medicina – CRM, em conformidade com o Capítulo III, artigos 10 e 11 da Resolução RDC nº 68, de 10 de julho de 2007, comprovando a existência de responsável técnico habilitado para a execução dos serviços de preparação e conservação de restos mortais;

b) Certificado de Regularidade de Inscrição da Pessoa Jurídica, expedido pelo Conselho Regional de Medicina – CRM, com classificação compatível com atividades de somatoconservação de cadáveres (tanatopraxia), conforme disposto na Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980, e nas normas do Conselho Federal de Medicina aplicáveis;

c) Alvará de Licença para Funcionamento, expedido pelo órgão competente do município sede da empresa, autorizando a prestação de serviços funerários;

d) Certificado de Regularidade do Responsável Técnico, junto ao Conselho Regional de Medicina – CRM, comprovando sua habilitação profissional para atuar nas atividades relacionadas à conservação e preparação de restos mortais;

e) Certificado de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) ou documento equivalente, comprovando que o estabelecimento atende às normas de segurança contra incêndio;

f) Licença de Operação Ambiental, expedida pelo órgão ambiental competente do estado onde a empresa estiver sediada ou onde os serviços forem executados, quando aplicável, tais como o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM ou órgão equivalente.;

g) Licença Sanitária, expedida pelo órgão de vigilância sanitária competente do estado onde a empresa estiver sediada ou onde os serviços forem executados, quando aplicável).

h) Contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 3 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes; Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

9.36. Apresentação de comprovação de que o fornecedor possui em seu quadro de pessoal, na data prevista para a entrega da proposta, profissional(is) de nível técnico ou superior devidamente registrado(s) no conselho profissional competente (ex: CRM, CRBio, ou outro admitido legalmente), detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, conforme indicado abaixo:

9.37.1. Para o Responsável Técnico: serviços de conservação de restos mortais humanos (tanatopraxia, embalsamamento ou formolização), atestando a aptidão para responder perante a Vigilância Sanitária pelos procedimentos laboratoriais exigidos neste Termo de Referência.

9.37.2. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato (figurando como responsável pelas atas de preparação), e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

9.38. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.38.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.38.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.38.3.. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.39. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.40. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.41. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.42. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.43. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.44. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.45. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total para a contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 1.377.605,96 (um milhão, trezentos e setenta e sete mil, seiscentos e cinco reais, e noventa e seis centavos), conforme custos unitários apostos no item 1.1.

10.2 O quantitativo máximo passível de contratação durante a vigência da Ata de Registro de Preços corresponde ao quantitativo total estimado para cada item constante do Estudo Técnico Preliminar, do Mapa de Gerenciamento de Riscos e do Termo de Referência, definidos com base no levantamento das necessidades dos órgãos participantes para o período de 12 (doze) meses.

10.3 Assim, o quantitativo registrado em Ata representa o limite máximo de contratação, não havendo previsão de contratações em quantitativos superiores aos estimados e registrados.

10.4 Adicionalmente, esclarece-se que não foi estabelecida quantidade mínima de unidades de bens a ser cotada pelos licitantes, razão pela qual não se aplica a exigência de justificativa prevista no art. 15, inciso II, do Decreto nº 11.462, de 2023.

10.5 Caso o Edital venha a prever quantitativo mínimo de fornecimento ou de cotação para determinado item, tal exigência será devidamente justificada no Termo de Referência, considerando aspectos de economicidade, logística de entrega e viabilidade da execução contratual.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/unidade: 160014;

Fonte de recursos: 1005000142;

Programa de trabalho: 215846;

Elemento de despesa: 339039; e

Plano interno: D5SAFUSTRAS.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilas:

13. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital OU Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

14. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

ANEXO III

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

O presente Instrumento de Medição de Resultados (IMR) define os indicadores, as metas de qualidade, a forma de aferição e as respectivas glosas a serem aplicadas no caso de descumprimento dos padrões exigidos para a prestação do serviço de preparação e translado de restos mortais e membros anatômicos.

Indicador de Desempenho	Padrão de Qualidade Esperado (Meta)	Forma de Aferição	Sanção / Glosa (Desconto na Fatura)
1. Tempo de Resposta (Prontidão)	Início do atendimento e deslocamento em, no máximo, 1 (uma) hora após o acionamento telefônico realizado pela SAS /12	Confronto entre o horário do acionamento registrado pela SAS /12 e a comprovação de chegada do preposto da Contratada ao local do óbito/IML	Atraso injustificado: Glosa de 5% sobre o valor total do serviço de preparação acionado, por hora (ou fração) de atraso.
2. Qualidade dos Materiais (Urnas e	Fornecimento de urnas, invólucros e revestimentos de	Relatório fotográfico obrigatório enviado pela Contratada	Substituição imediata sem ônus à Administração. Caso a substituição atrase o translado, glosa de 10% sobre

Paramentos)	zinto em rigorosa conformidade com as descrições, medidas e normas do Termo de Referência.	(comprovando o modelo da urna e o uso do zinto) e feedback dos familiares	o valor do respectivo material, além das penalidades contratuais
3. Excelência na Conservação (Tanatopraxia /Embalsamamento	Corpo preparado de forma a suportar o tempo total do traslado e do velório sem vazamentos de fluidos, odores ou sinais de decomposição precoce.	Relato da família enlutada e/ou informação do Oficial de Assistência Social da Organização Militar de destino.	Falha inaceitável. Glosa de 20% sobre o valor total da Nota Fiscal do atendimento, sem prejuízo de abertura de Processo Administrativo para aplicação de multa e rescisão.
4. Desembaraço Documental e Desempenho Logístico	Máxima agilidade na obtenção de certidões, autorizações sanitárias e trâmites aéreos (ANAC), não permitindo que o corpo aguarde indevidamente no laboratório	Análise da linha do tempo: Horário da liberação do corpo pelas autoridades versus horário do efetivo embarque/início da viagem rodoviária	Glosa de 5% sobre o valor do traslado por dia (ou fração superior a 12 horas) de atraso logístico injustificável e imputável à Contratada.

Regras de Aplicação do IMR:

1. A aplicação da glosa não exige a Contratada de corrigir as falhas apontadas, tampouco impede a aplicação das penalidades de advertência, multa ou impedimento de licitar previstas no Edital, garantindo-se sempre o contraditório e a ampla defesa.
2. Não serão aplicadas glosas se o atraso ou a falha decorrerem comprovadamente de força maior, caso fortuito ou lentidão exclusiva de órgãos públicos (ex: atraso na liberação pelo IML ou cancelamento de voos por questões meteorológicas), desde que a Contratada comunique e comprove o fato imediatamente à fiscalização.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARRITON SANTOS DIAS

Membro da comissão de contratação

LAURA LUANA VIEIRA NUNES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 17/06/2026 às 15:27:34.

KEILA SANTANA NEVES

Membro da comissão de contratação

LUCIANE DE CARVALHO PEREIRA

Membro da comissão de contratação